LAURA MENDES AMANDO DE BARROS

**Auditoria democrática: instrumento de controle social na Administração
Pública brasileira**

Tese apresentada à Banca Examinadora de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutora em Direito, na área de concentração Direito do Estado, sob a orientação do Professor Doutor Gustavo Justino de Oliveira.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo

2017

TERMO DE APROVAÇÃO

Nome: AMANDO DE BARROS, Laura Mendes.

Título: Auditoria democrática: instrumento de controle social na Administração Pública brasileira.

Tese apresentada à Banca Examinadora de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutora em Direito, na área de concentração Direito do Estado, sob a orientação do Professor Doutor Gustavo Justino de Oliveira.

Data de aprovação: ____/____/____

Banca examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Ao meu marido, Marcello, por me proporcionar amor e verdade, pelo milagre da vida, sempre renovado.

À minha filha, Dora, pequenina que me faz plena.

Às minhas irmãs, vidas da minha vida, companheiras e cúmplices.

Aos meus anjos, Cilha e Mariô, pilares onipresentes.

Aos meus pais, por tudo...

Por serem quem são, e fazerem de mim o que sou...

Por me franquearem suas asas para que eu possa desbravar o mundo.

Ao meu orientador, Gustavo Justino de Oliveira, pela inspiração constante e incansável dedicação.

À minha vovi Carmem, por fazer de mim uma das suas...

RESUMO

AMANDO DE BARROS, Laura Mendes. **Auditoria democrática**: instrumento de controle social na Administração Pública brasileira. 2017. 227 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O presente trabalho tem por escopo analisar criticamente, e a partir de um ponto de vista interdisciplinar em que confluem elementos das ciências política e sociais, sociologia, administração e gestão pública e direito, o tratamento, a aplicação e a disciplina do controle social. Para tanto, adota-se como paradigma a tecnologia das auditorias democráticas, inovadora e de comprovada eficácia e efetividade em diversos contextos. A obra tem início com um capítulo de aproximação, em que se apresenta o Estado desenvolvimentista e suas inexoráveis interfaces com os valores democráticos fundamentais da legitimidade, responsividade, *accountability* e eficiência, todos eles necessariamente informadores das apreciações ou mensurações de qualidade da democracia em geral ou da ação pública em especial. Uma vez apresentados e explorados os elementos constitutivos e as características estruturantes dessa espécie de controle, passa-se à invocação — e estudo — desse seu eloquente instrumental, de aplicação ainda inédita no cenário brasileiro: as auditorias democráticas. Por meio da utilização de autores estrangeiros e modelos universalmente utilizados nos mais diferentes contextos — todos eles desenvolvidos e implementados a partir da atuação da organização International IDEA —, passa-se à consideração dos seus elementos e à apreciação da metodologia, sempre de forma a sopesar a sua viabilidade no ambiente jurídico brasileiro. Para tanto, são tomadas em consideração, com mais vagar (porém sem qualquer pretensão de desenvolvimento de um estudo comparado propriamente dito), os casos das auditorias cidadãs britânica (pioneira), porto-riquenha, argentina (representantes latinos) e europeia (única referência em nível supranacional). O capítulo final é dedicado, justamente, e tendo em vista o arcabouço teórico-dogmático, fático e contextual levado a efeito ao longo do trabalho, a avaliar a possibilidade de efetivação de tais auditorias — independentemente de qualquer alteração legislativa — no município de São Paulo, assim como à apresentação de um modelo factível, exequível e capaz de viabilizar a obtenção dos relevantíssimos resultados de tal instrumento de controle social.

Palavras-chave: Controle social. Auditoria democrática. Qualidade. Democracia. Participação. Coprodução.

ABSTRACT

AMANDO DE BARROS, Laura Mendes. **Democratic audit**: a social control tool for brazilian publica administration. 2017. 227 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

This thesis aims to critically analyze, from an interdisciplinary point of view in which interacts elements of political and social sciences, sociology, public administration and management and law, the treatment, application and regulation of social control. In this way, it adopts as paradigm the cutting-edge and effective technology of Democratic Audit. The study begins with an approximation chapter in which the developmental state is presented, in addition to its inevitable interactions with the fundamental democratic elements of legitimacy, responsiveness, accountability and efficiency - all inexorable references to any measurement or appreciation of the quality of democracy or of the public action. Once the constitutive elements and the basic characteristics of this type of control are presented, the focus moves to the invocation - and analysis - of one of its most notable tools, not yet applied in Brazil: the Democratic Audits. Through the use of foreign references and universally adopted model - all developed and applied according to the International IDEA inspiration – it evolves to the consideration of the methodology itself, always considering its application in the Brazilian law environment. The references of the United Kingdom (pioneering experience), Puerto Rican, Argentine (Latin expressions) and European Union (the only supranational reference) are taken into account (although the absolute lack of intention to do a comparative study). The final chapter is dedicated - in accordance with the dogmatic, factual and contextual scenario presented - to evaluate the possibility of having one of these audits - without a change of law - in City de São Paulo, in addition to developing a possible and effective model through which Brazilian society can also benefit from this extremely important and useful instrument of social control.

Keywords: Social Control. Democratic Audit. Quality. Democracy. Participation. Co-Production.

RÉSUMÉ

AMANDO DE BARROS, Laura Mendes. **Audit démocratique** : instrument de contrôle social dans l'Administration Publique Brésilienne. 2017. 227 f. Thèse (Doctorat en Droit de l'État) – Faculté de Droit, Université de São Paulo, São Paulo, 2017.

Ce travail a comme but d'analyser de manière critique, et à partir d'un point de vue interdisciplinaire dans lequel confluent des éléments des sciences politiques et sociales, de la sociologie, de l'administration et gestion publique et du droit, le traitement, l'application et la discipline du contrôle social. Pour cela, nous adoptons comme paradigme la technologie des audits démocratiques, innovateurs et d'efficacité prouvée et effectivité dans de divers contextes. L'œuvre s'initie par un chapitre d'approximation, dans lequel est présentée l'État de développement et ses inexorables interfaces avec les valeurs démocratiques fondamentales dans la légitimité, responsivité, *accountability* et efficience, tous ceux-là nécessairement informateurs des appréciations ou mensurations de qualité de la démocratie en général ou de l'action publique en spécial. Une fois présentés et explorés les éléments constitutifs et les caractéristiques structurantes de ce type de contrôle, nous passons à l'innovation — et étude — de cet éloquent instrumental, d'application encore inédite dans la scène brésilienne : les audits démocratiques. Par voie de l'utilisation d'auteurs étrangers et modèles universellement utilisés dans les plus différents contextes — tous développés et mis en place à partir de l'action de l'organisation Internationale IDEA —, nous passons à la considération de ses éléments et à l'appréciation de la méthodologie, toujours de manière à soupeser à sa viabilité dans l'environnement juridique brésilien. Pour cela, nous prenons en considération, avec plus d'attention (mais sans aucune prétention de développement d'une étude comparée proprement dit), les cas des audits citoyens britanniques (pionnière), portoricaine, argentine (représentant d'Amérique Latine) et européenne (seul représentant en niveau supranational). Le dernier chapitre est dédié, justement, et étant donné le cadre théorique-dogmatique, phatique et contextuel pris en compte au long du travail, à évaluer la possibilité d'effectuation de tels audits — indépendamment de n'importe quel modification législative — dans le municipe de São Paulo, ainsi que la présentation d'un modèle faisable, applicable et possible d'être viabilisé l'obtention des résultat très relevant de tel instrument de contrôle social.

Mots-clés : Contrôle social. Audit démocratique. Qualité. Démocratie. Participation. Co-production.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1 - Ciclo virtuoso das políticas públicas e desenvolvimento.....	21
Figura 2 - Árvore da coprodução	34
Figura 3 - Ciclo virtuoso para o aprimoramento democrático	116
Figura 4 - Auditorias britânicas: análise comparativa	126
Figura 5 - Distribuição de custos da auditoria costarriquenha.....	133
Figura 6 - Grau de satisfação: transparência e participação	181

Quadros

Quadro 1 - Comparativo entre três das mais impactantes metodologias de mensuração dos elementos democráticos	81
Quadro 2 - Auditorias para avaliação da qualidade da prestação de serviços públicos: parâmetros.....	105
Quadro 3 - Auditorias para avaliação da qualidade da prestação de serviços públicos: roteiro para fixação das relações de responsabilidade.....	107
Quadro 4 - Auditorias para avaliação da qualidade da prestação de serviços públicos: roteiro para mapeamento dos vínculos de responsabilização	108
Quadro 5 - Indicadores, medidores e fontes sugeridos por Lord.....	156
Quadro 6 - Comparativo entre as metodologias IDEA e RECON	158
Quadro 7 - Achados relacionados à democracia na UE.....	160
Quadro 8 - Breve panorama comparativo das experiências invocadas	162
Quadro 9 - Metodologia IDEA: indicadores.....	185
Quadro 10 - Roteiro investigativo sugerido.....	186
Quadro 11 - Aspectos da prestação de serviços a ser considerados	190
Quadro 12 - Roteiro para a identificação das cadeias de responsabilidade	191
Quadro 13 - Roteiro sugerido de perguntas	191

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO CONTEMPORÂNEO.....	15
1.1 Estado desenvolvimentista, qualidade democrática e a nova governança pública	16
1.2 Legitimidade	25
1.3 Responsividade	28
1.4 Accountability, coprodução da informação e do controle e cogovernança	30
1.5 O cenário brasileiro: demandas sociais, contexto político e potenciais alternativas viáveis	40
2 CONTROLE SOCIAL	45
2.1 Sujeitos ativos: institucionalização e espontaneidade.....	48
2.2 Sujeitos passivos: administração direta, indireta, entes públicos não estatais e entidades privadas de interesse público	54
2.3 Aspecto temporal	55
2.4 A sindicabilidade da atuação administrativa: questões técnicas e políticas.....	57
2.5 Sanções?	60
2.6 Tratamento jurídico pátrio do controle social	68
2.7 Conclusão parcial: proposta de definição de controle social no cenário do Estado desenvolvimentista.....	77
3 AUDITORIAS DEMOCRÁTICAS.....	79
3.1 Diferenciação de institutos afins: recall, impeachment, impugnação de mandato	86
3.2 Iniciativa.....	90
3.3 Atores envolvidos.....	91
3.4 Âmbito de incidência	93
3.5 Sistemática, procedimento e metodologia.....	99
3.6 Objetivos	109
3.7 Controle versus fiscalização.....	112
3.8 Efeitos	113
3.9 Conclusão parcial: proposta de definição de auditorias democráticas.....	117
4 EXPERIÊNCIAS RELEVANTES	119
4.1 Reino Unido	120
4.2 Costa Rica	128
4.3 Argentina.....	135
4.4 União Europeia.....	147
4.5 Síntese	161

5 APLICABILIDADE NO CONTEXTO BRASILEIRO? UM MODELO POSSÍVEL	163
5.1 Experiências afins em âmbito pátrio	164
5.1.1 A auditoria da dívida pública e o artigo 26 do ADCT	165
5.1.2 As auditorias operacionais/de desempenho do TCU	167
5.1.3 As auditorias de integridade da Controladoria Geral do Município de São Paulo	170
5.2 Vocação local	174
5.3 Modelo proposto.....	176
5.4 Iniciativa.....	178
5.5 Atores	181
5.6 Âmbito de incidência.....	182
5.7 Sistemática e procedimento	184
5.8 Bases de dados.....	192
CONCLUSÃO.....	195
REFERÊNCIAS	199
APÊNDICE: utilização da metodologia IDEA pelo mundo	225

INTRODUÇÃO

O atual momento histórico por que passa o Brasil é marcado por uma crise geral e institucionalizada nos campos da ética, política, economia, social e da confiança. Os escândalos de corrupção a que historicamente se assistia ganharam nova dimensão, entrelaçando-se às mais diversas instâncias, esferas e poderes. A institucionalização de faltas éticas e ilícitos de toda ordem conduz ao comprometimento da crença nas organizações, vendo-se a sociedade desestimulada e incapaz de depositar suas expectativas em quaisquer esferas de poder.

A consumição das relações de confiança, a total falta de lastro dos discursos políticos e estatais, com o esgarçamento da própria lógica da representatividade, leva à necessidade de entrada em ação de outros atores. O comprometimento — ao menos aos olhos da opinião pública — de todas as esferas de poder conduz à inviabilidade de superação do contexto de crise a partir da mobilização dos mesmos *players* usuais, posto que absolutamente carentes de legitimidade e sustentabilidade.

Realmente, não há como se pretender a superação do quadro caótico justamente pelos responsáveis pela sua produção.

A quebra desse ciclo de desvios, abusos, apropriação do ideal público e cooptação de interesses e valores demanda a inserção, na arena política, de novos e insuspeitos atores: os cidadãos. O engajamento da sociedade civil não é somente desejável, mas imperativo, condicionante da superação do turbulento cenário atual — além de compatível com o ordenamento jurídico pátrio.

Realmente, a Constituição Federal, alicerçada sobre os princípios democrático, da soberania popular, isonomia política e federativo, não só autoriza como orienta o profundo envolvimento da população no manejo e solução dos assuntos que lhe são afeitos. A necessidade de rendição de contas vem amplamente disciplinada pelo Texto Maior, o qual traz um verdadeiro sistema de controle do poder. Aí interagem, se coordenam e somam esforços (ao menos assim deveria ser) os órgãos de controle externo, interno e social; meios institucionais e não institucionalizados são conclamados à articulação, sempre com vistas a resultados mais efetivos e eficientes.

Daí a importância — ainda recentemente reconhecida — do controle social. Trata-se de espécie do gênero participação social, que representa, a seu turno, inafastável condição para uma Administração Pública legítima, responsiva, responsável e eficiente, capaz de

efetiva e produtivamente interagir com a cidadania — que é, em última análise, sua razão de ser. O controle, quando levado a efeito pela sociedade civil (aqui entendida em sua acepção mais ampla), ganha contornos específicos, inclusive em razão da peculiaridade das suas formas de desencadeamento, coercitividade e concretude de efeitos.

Considerada a baixa densidade jurídica do conceito, sua análise não é compatível com uma abordagem unifocal, fazendo-se necessário, contrariamente, um tratamento multidisciplinar que combine diretrizes, para além do direito, das ciências sociais, políticas, administração e gestão públicas. Para além disso, o instrumento focal deste estudo — qual seja, as auditorias democráticas — carece de tratamento legislativo ou normativo específico no âmbito local. Não foi, da mesma forma, e em momento algum, colocado em prática.

Daí o grande desafio desta tese: conciliar conceitos de baixa densidade jurídica, marcados pelo ineditismo e pelo debate rarefeitos, com o sistema jurídico vigente, de forma a analisar a possibilidade de sua implementação, tanto em nível federal quanto local. Buscou-se trilhar o caminho conducente ao científico tratamento das auditorias democráticas, com o seu delineamento e a apresentação de indicadores úteis à sua efetiva realização em prol do controle social e aferição da qualidade da democracia. Para tanto, recorreremos a uma metodologia repetidamente testada e implementada em mais de cinquenta países, com os mais variados perfis e nos mais diversos contextos.

Trata-se do modelo da organização intergovernamental IDEA – International Institute for Democracy and Electoral Assistance, sediada na Suécia e cuja *expertise*, impacto e relevância de trabalhos outorgaram-lhe a condição de Observador Permanente no Conselho das Nações Unidas.

Consideradas essas premissas, o estudo foi estruturado nos moldes seguintes:

O primeiro capítulo é dedicado à contextualização em que os institutos sob análise se inserem, tendo em vista, inclusive, a sua íntima relação com o perfil estatal e administrativo, determinantes do florescimento — ou não — da participação e controle sociais. São aí com mais vagar analisados os princípios basilares da democracia: legitimidade, responsividade e *accountability*.

A seguir, é tomado em consideração o controle social propriamente dito, com as suas características fundamentais, desenho, estrutura, impactos e forma de implementação. Alerta-se, uma vez mais, para a baixa densidade jurídica do conceito, característica que conduziu o estudo por caminhos pouco usuais, no que tange aos percursos ordinariamente relacionados à construção de teses estrita e tradicionalmente jurídicas. Adotou-se, pois, um enfoque multidisciplinar, sempre no sentido de trazer maior exatidão e clareza às

ponderações, que serviram de base, inclusive, para as considerações levadas a efeito no capítulo seguinte, especificamente dedicado às auditorias democráticas. Nesse ponto, nossos esforços se concentraram em traçar um perfil minimamente científico do instituto, com o delineamento das suas características básicas intrínsecas: iniciativa, atores envolvidos, âmbito de incidência, sistemática/metodologia, objetivos e efeitos.

Assentada a base teórico-dogmática do estudo, trouxemos, no capítulo 4, relatos sobre experiências relevantes de sua implementação. Para tanto, procedemos a um corte que se justifica sob três aspectos: pioneirismo, proximidade com o contexto brasileiro e peculiaridade.

Em razão do primeiro, chegou-se à experiência britânica, que inaugurou o processo de auditorias democráticas ao redor do mundo, circunstância que lhe garante, por si só, posição de destaque e justificado interesse. A proximidade — geográfica, cultural, econômica e social — da Costa Rica e da Argentina foram determinantes da sua adoção na condição de paradigmas de interesse. De fato, e não obstante as especificidades, as diferentes adaptações a que foi submetido o modelo-base IDEA, considerou-se conveniente e bastante ilustrativo trazer exemplos latino-americanos, inclusive no intuito de objetivamente demonstrar a aplicabilidade da ferramenta nesse cenário.

O quarto exemplo tomado em consideração foi o da União Europeia — única experiência de auditoria democrática em nível transnacional, o que por si só lhe garante posição de relevância. Nesse particular, vale registrar que as considerações levadas a efeito nessa fase em momento algum pretenderam assumir a condição de estudo comparado: trata-se de mera ilustração, de consideração, a partir de métodos descritivos e analíticos, das vivências selecionadas.

O derradeiro capítulo foi dedicado à aferição da possibilidade de aplicação do instituto no contexto brasileiro, de modo a se verificar a potencialidade de acomodação de uma auditoria democrática no ordenamento jurídico pátrio, em especial no âmbito da cidade de São Paulo. Tal opção encontra fundamento nas dimensões dessa capital — tanto populacional como territorial — e no caráter plural e heterogêneo de seu contexto social.

Para além da incontestável enormidade e heterogeneidade social paulistanos, invoca-se, ainda, como motivação para essa escolha, a vocação local dos instrumentos de controle social. Realmente, a proximidade da Administração com os cidadãos, a potencial constante interlocução direta e pessoal com os agentes públicos, a facilidade da promoção de encontros para debates com os mais diversos atores como acadêmicos, jornalistas, representantes de

entidades da sociedade civil e movimentos e cidadãos em geral cria cenário propício para o desenvolvimento de uma auditoria frutífera e eficiente.

Consideradas essas premissas, propomos um modelo de auditoria democrática a ser utilmente implementada como forma de aperfeiçoamento e aprofundamento democráticos.

Todas as citações de referências originariamente redigidas e consultadas em idioma estrangeiro foram livremente traduzidas com vistas a facilitar a leitura e proporcionar um maior e mais palatável acesso ao trabalho.

CONCLUSÃO

As reflexões desenvolvidas no presente trabalho deixam assentes uma série de situações e conclusões, sistemática e objetivamente apresentadas a seguir:

1. A atuação pública, tanto de diagnóstico e planejamento quanto de execução, controle e responsabilização, já não pode ser tida como monopólio estatal. Está-se diante de um cenário em que a sinergia Estado-sociedade ganha destaque, com cada vez maior prestígio aos mecanismos de ação coletiva de atuação multinível, multiatores e em rede;
2. O envolvimento significativo e constante dos mais diversos nichos sociais se faz absolutamente indispensável à ação administrativa legítima e responsiva — valores basilares a qualquer ambiente que se pretenda democrático;
3. A democracia a ser praticada — e ansiada — é necessariamente adjetivada por elementos que garantam a sua qualidade, o que pressupõe o atendimento e garantia aos direitos fundamentais, inclusive aqueles de cunho político e relacionados à participação;
4. A democracia já não pode ser dissociada da noção de desenvolvimento — o qual pressupõe, a seu turno, uma nova visão de governança e organização/interação estatal-sociedade e a plena observância de todas as liberdades cidadãs;
5. O cenário de aproximação e interação público-privada, com cada vez mais acentuado prestígio da participação democrática, propicia o florescimento do controle social, com o consequente aprofundamento de valores como legitimidade, responsividade, transparência, *accountability* e responsabilidade;
6. A noção de uma governança voltada ao desenvolvimento (o qual se relaciona indissociavelmente com a democracia) pressupõe um aparato em que se combinam cooperação, coordenação e comprometimento como viabilizadores de políticas e decisões perenes, estáveis e efetivas;
7. Os mecanismos de controle social não dependem de expressa previsão ou disciplina normativa: decorrem da lógica do ordenamento, como desdobramento natural dos valores soberania popular, republicano e isonomia (inclusive política);
8. A possibilidade de manejo de instrumentos não expressamente disciplinados abre caminho para a utilização de mecanismos cuja efetividade e eficácia já tenham

sido postas à prova em outros cenários, a partir de uma interpretação principiológica. Nesse cenário se inserem perfeitamente as auditorias democráticas;

9. As auditorias democráticas correspondem a processos participativos prolongados, pluriatores, promotores de debates públicos que, mediante coprodução e cogestão, realizam um diagnóstico do contexto democrático *stricto* e *lato sensu*, com a apresentação de soluções voltadas ao aprimoramento desse contexto com vistas ao desenvolvimento;
10. Seus desdobramentos são bastante efetivos, embora muitas vezes não diretos/imediatos, mas indiretos/simbólicos — daí a sua consideração como importantes aliadas no processo de amadurecimento e aprimoramento da sociedade;
11. O modelo desenvolvido pelo International IDEA traduz metodologia eficiente e confiável — posto que já “testado” nos mais diferentes contextos —, cujas premissas poderiam ser transportadas/adaptadas ao cenário brasileiro sem maiores entraves de ordem técnica;
12. Os processos participativos em geral, e de controle social em especial, mostram maior potencial de efetividade em nível local, tendo em vista a proximidade da população com a Administração, a facilidade de comunicação e acesso às condições fáticas e a intimidade dos cidadãos com os assuntos que lhes sejam afeitos;
13. As auditorias democráticas, conforme modelo IDEA, podem se destinar à aferição da qualidade da democracia como um todo ou à mensuração de aspectos relacionados unicamente à prestação de serviços públicos;
14. Tendo em vista que ambas as metodologias partem de pressupostos e atividades não excludentes, é plenamente possível a sua conjugação, com vistas à construção de um panorama mais amplo e completo no que tange à efetividade democrática.
15. Tal viabilidade resta corroborada e facilitada em decorrência da natureza modular do modelo IDEA, que possibilita o seu manejo conjunto ou isolado, independentemente de qualquer ordem ou vinculação;
16. A cidade de São Paulo — com suas 32 Prefeituras Regionais — representa contexto cultural, populacional, social, político e econômico autorizador da implementação dessa espécie de controle social;
17. Os dados atualmente disponíveis e o ordenamento pátrio — tanto a nível constitucional quanto nacional e municipal — autorizam a realização imediata de uma auditoria democrática paulistana (ainda que em módulos) — para o que se propõe um modelo híbrido em que se combinem os parâmetros voltados à

consideração dos aspectos democráticos *lato sensu* e a realidade da prestação dos serviços públicos fundamentais (prática que finda por condicionar a realização do desenvolvimento e da própria democracia).

Diante desses pontos, tem-se que o momento de crise política, econômica, ética e institucional pela qual passa o país exige o envolvimento e mobilização dos mais diversos segmentos sociais.

Qualquer intenção de superação dos problemas atuais por meios meramente institucionais se mostra inadequada às demandas sociais e conjuntura fática.

Os inúmeros problemas complexos (“*wicked problems*”) que assolam a sociedade brasileira exigem a mobilização multiatores, via instrumentos de ação coletiva a partir dos quais as soluções sejam conjuntamente construídas — e implementadas, e acompanhadas.

Somente assim se poderá resgatar a legitimidade, responsividade e responsabilidade da ação pública — e, assim, a sua confiabilidade.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita. Finanças públicas, democracia e accountability: debate teórico e o caso brasileiro. In: ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro (Orgs.). **Economia do Setor Público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2005, p. 75-102.

ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita. **Políticas fiscais e accountability**: o caso brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD. 2003, São Paulo. Disponível em <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2003-gpg-1116.pdf>>. Acesso em 10/10/2016.

ACKERMAN, John. Cogovernance for Accountability: Beyond “Exit” and “Voice”. **World Development**. Santa Cruz: University of California, v. 32, n. 3, p. 447-463, 2004.

AHMAD, Raza. Governance, social accountability and civil society. **Journal of Administration & Governance**, v. 3, n. 1, p. 10-21, 2008.

ALFORD, John. Why do Public-Sector Clients Coproduce? Toward a Contingency Theory. **Administration and Society**, v. 34, n. 1, p. 32-56, 2002. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0095399702034001004>>. Acesso em: 25 out. 2016.

ALVES, Mário Aquino. Social Accountability as an Innovative Frame in Civil Action: The Case of Rede Nossa São Paulo. **Voluntas**. International Society for Third-Sector Research; The Jonhs Hopkins University, n. 25, p. 818-838, 16 abr. 2013.

AMARAL JUNIOR, José Levi Mello. Comentário ao artigo n. 26 do ADCT. In: CANOTILHO, J. J. Gomes et al. (Coords.). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva; Almedina, 2013, p. 2.218-2.219.

ANDERSON, Kenneth. The Ottawa Convention Banning Landmines, the Role of International Non-Governmental Organizations and the Idea of International Civil Society. **European Journal of International Law**, v. 11, n. 1, p. 91-120, 2000. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=233561>. Acesso em: 30 jun. 2017.

ARMOUR, John; HANSMANN Henry; KRAAKMAN, Reinier. Agency Problems, Legal Strategies, and Enforcement. **Oxford Legal Studies Research Paper**, n. 21, 2009. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1436555. Acesso em 01/03/2017.

ARUGAY, Aries A. Sanctions, Rewards and Learning. Enforcing Democratic Accountability in the Delivery of Health, Education, and Water, Sanitation and Hygiene. **International IDEA Discussions Paper**, n. 16, 2016. Disponível em: <<http://www.idea.int/sites/default/files/publications/sanctions-rewards-and-learning.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **Quem Somos**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/quem-somos>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

ÁVILA, Caio Márcio de Brito. **Recall**: a revogação do mandato político pelos eleitores: uma proposta para o sistema jurídico brasileiro. 2009. 152 f. Tese (Doutorado em Direito do Estado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

AVRITZER, L. **Democracy and the Public Space in Latin America**. Princeton: Princeton University Press, 2002.

BARTOLACCI, Franco et al. **La participación ciudadana en el control de gestión de políticas públicas municipales**: el caso de la ciudad de Rosario. Disponível em <<http://www.asociacionag.org.ar/pdfcap/4/lazzeta%20-%20Robin%20-%20Bartolacci.doc>>. Acesso em: 13 maio 2016.

BASEDOW, Jurgen. **The Law of Open Societies**: Private Ordering and Public Regulation on International Relations. Martinus Nijhoff Publishers. Boston: 2013.

BASTOS JUNIOR, Ronaldo Carvalho. Razão populista e democracia direta no Equador (1978-2011): uma pesquisa quantitativa. In: ENCONTRO NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, 3. Vitória, ES, 2017. Disponível em: <http://www.pdpp2017.sinteseeventos.com.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=19>. Acesso em: 01 set. 2017.

BATLEY, R.; MCLOUGHLIN, C. The Effects of Sector Characteristics on Accountability Relationships in Service Delivery, **ODI Working Paper**. London: Overseas Development Institute, n. 350, 2012.

BEETHAM, David (Ed.). **Defining and Measuring Democracy**. London: Sage, 1994.

BEETHAM, David et al. (Eds.). **The State of Democracy**: Assessments in Eight Nations Around the World. Haia: Kluwer Law International, 2002a.

BEETHAM, David et al. **Assessing the Quality of Democracy**: A Practical Guide. Stockolm: Bulls Graphics, 2008.

BEETHAM, David et al. **Democracy under Blair: A Democratic Audit of the United Kingdom**. London: Politico's, 2002b.

BEETHAM, David. Problems in Identifying a "Democratic Deficit". In: IPSA WORLD CONGRESS OF POLITICAL SCIENCE, 21. Santiago, Chile, 2009. Disponível em: <http://paperroom.ipsa.org/papers/paper_2022.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2016.

BEETHAM, David. The Quality of Democracy: Freedom as the Foundation. **Journal of Democracy**. The Johns Hopkins University Press: Washington, v. 15, n. 4, p. 61-75, out. 2004.

BEETHAM, David; BOYLE, Kevin. **Introducing Democracy: 80 Questions and Answers**. Paris: Unesco; Polity Press, 1995.

BEETHAM, David; WEIR, Stuart. Democratic Audit in Comparative Perspective. In: LAUTH, Hans-Joachim; PICKEL, Gert; WELZEL, Chirstian (Eds.). *Demokratiemessung: Konzepte und Befunde im internationalen Vergleich*. Wiesbaden: Springer Fachmedien Wiesbaden, 2000, p. 73-88.

BEETHAM, David; WEIR, Stuart. **Political Power and Democratic Control in Britain: The Executive, Parliament, and the Rule of Law in Britain**. London: Routledge, 1999.

BEHN, Robert D. O novo paradigma da gestão pública e a busca da *accountability* democrática. **Revista do Serviço Público**, v. 49, n. 4, p. 5-45, out./dez. 1998.

BENTO, Leonardo Valles. **Governança e governabilidade na reforma do Estado: entre eficiência e democratização**. Barueri, SP: Manole, 2003.

BERGUE, Sandro Trescastro. Escolas de governo e fomento ao controle social: o caso do programa É da Nossa Conta. IN: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 27. Cartagena, Colombia, 2012.

BEVIR, Mark. Governança democrática: uma genealogia. Tradução Gustavo Biscaia Lacerda. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 19, n. 39, p. 103-114, jun. 2011.

BITTENCOURT, Fernando Moutinho Ramalho. A conquista do tempo presente: auditoria operacional e legitimidade das instituições de controle. **Revista do Tribunal de Contas da União**, n. 105, p. 60-76, jul./set. 2005.

BJURELMALM, Helena; GIBAJA, Alberto Fernández; MOLLEDA, Jorge Valladares. Democratic Accountability in Public Service Delivery. **A Practical Guide to Identify Improvements Thought Assessments**. International IDEA: Stocholmo, 2014.

BJURELMALM, Helena; SJÖSTEDTD, William. Flexibility, Learning and Ownership: New Trends in Democracy Assistance, Results Management and Evaluation. **International IDEA Discussion Paper**, n. 19, 2016. Disponível em: <http://www.idea.int/sites/default/files/publications/flexibility-learning-and-ownership-discussion-paper-19_0.pdf>. Acesso em 04/02/2017.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**: por uma teoria geral da política. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Coordenação de tradução João Ferreira. Brasília: UnB, 1994.

BOGOTÁ COMO VAMOS. **Home**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.bogotacomovamos.org>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

BOSCHI, Renato. Estado desenvolvimentista no Brasil: continuidades e incertidumbres. **Ponto de Vista**. Rio de Janeiro, n. 2, fev. 2010. Disponível em: <http://neic.iesp.uerj.br/pontodevista/pdf/Ponto_de_vista_01fev2010.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.

BOVAIRD, Tony. Beyond Engagement and Participation: User and Community Coproduction of Public Services. **Public Administration Review**, v. 67, n. 5, p. 846-860, out. 2007.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano de Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995. Disponível em <<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em 15 jun. 2012.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Projeto “Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro”. Série “Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro”. Livro 9: **Fortalecimento do Estado, das instituições e da democracia**: v. 1: Estado, instituições e democracia: república. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro09_estadoinstituicoes_vol1.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2017.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Inspeções e auditorias**. [s.d.]. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/institucional/conheca-o-tcu/competencias/inspecoes-e-auditorias>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; DINIZ, Eli. Os empresários industriais brasileiros depois do fim da hegemonia neoliberal. **Texto para Discussão**. São Paulo: FGV, n. 321, abr. 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; THEUER, Daniela. Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina? **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 21, n. especial, p. 811-829, dez. 2012.

BRITO, Carlos Ayres. Distinção entre controle social do Poder e participação popular. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, n. 189, p. 114-122, fev. 2015. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/45286>>. Acesso em: 26 out. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.12660/rda.v189.1992.45286>.

BUCHANAN, Allen. **Justice, Legitimacy and Self-Determination**: Moral Foundations of International Law. Oxford: Oxford University Press, 2003.

CAETANO, Marcello. **Manual de Direito Administrativo**. Coimbra: Almedina, 2010.

CAMPOS, Anna Maria. *Accountability*: quando poderemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 30-50, fev./abr. 1990.

CAROTHERS, Thomas. Democracy Aid at 25: Time to Choose. **Journal of Democracy**. The Johns Hopkins University Press: Washington, v. 26, n. 1, p. 59-73, jan. 2015.

CASSESE, Sabino. **A crise do Estado**. Tradução Odete Medauar. Campinas: Saberes, 2010.

CENEVIVA, Ricardo. *Accountability*: novos fatos e novos argumentos: uma revisão da literatura recente. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 2006. São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2006.

CENEVIVA, Ricardo; FARAH, Marta. O papel da avaliação de políticas públicas como mecanismo de controle democrático da Administração Pública. In: GUEDES, Alvaro; FONSECA, Francisco (Orgs.). **Controle social da Administração Pública**: cenário, avanços e dilemas no Brasil. São Paulo: Cultura Acadêmica; Oficina Municipal; Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 129-156.

CENTRO DE ESTUDIOS DE ESTADO Y SOCIEDAD. **Evaluación externa del proyecto PNUD 04/007 Auditoria Ciudadana**: Calidad de las Prácticas Democráticas en Municipios. Buenos Aires, 2009.

CERQUEIRA, Kleber Chagas. A economia política do novo desenvolvimentismo: dependência da trajetória e variedade de capitalismo. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA-ABCP, 8. Gramado, RS, 2012. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/02/economia-politica-novo-desenvolvimentismo-dependencia.pdf>>. Acesso em: 9 maio 2016.

CHANG, Ha-Joon. How to “Do” a Developmental State: Political, Organizational and Human Resource Requirements for the Developmental State. In: EDIGHEJI, O. (Ed.). **Constructing a Democratic Developmental State in South Africa**: Potentials and Challenges. Cape Town: Human Science Research Council Press, 2010, p. 82-94.

COMISIÓN ANDINA DE JURISTAS. **Home**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.cajpe.org.pe>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

CONCEIÇÃO, Antonio Cesar Lima da. **Controle social da Administração**: informação e conhecimento: interação necessária para a efetiva participação popular nos orçamentos públicos. 2010. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Orçamentos Públicos) – Instituto Serzedello Corrêa, Brasília, 2010. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/controle-social-da-administracao-publica-informacao-e-conhecimento-1.htm>>. Acesso em: 2 out. 2016.

CRANE, D. Cultural Differentiation, Cultural Integration, and Social Control. In: GIBBS, J. **Social Control**. Beverly Hills: Sage, 1982, p. 229-244.

CRONIN, Thomas E. **Direct Democracy**: The Politics of the Initiative, Referendum and Recall. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.

CROSS, William. The canadian democratic audit. In: IPSA WORLD CONGRESS, 20., Fukuoka, 2006, sessão n. 271: estado da democracia. Disponível em: <<https://democraticaudituk.files.wordpress.com/2013/06/democratic-audit-canada.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

CRUBELLATE, João Marcelo. Participação como controle social: uma crítica das estruturas organizacionais flexíveis. **RAE Eletrônica**, v. 3, n. 2, art. 20, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v3n2/v3n2a04.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

CUNILL GRAU, Nuria. La intersectorialidad en las nuevas politicas sociales: un acercamiento analítico-conceptual. **Gestión y Política Pública**, v. 23, n. 11, p. 5-46, 2014.

CUNILL GRAU, Nuria. Que ha pasado con lo público en los últimos 30 años? Balance y perspectivas. **Revista del CLAD Reforma y Democracia**. Caracas, n. 52, p. 5-44, 2012.

CUNILL GRAU, Nuria. Responsabilização pelo controle social. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; CUNILL GRAU, Nuria (Coords.). **Responsabilização na Administração Pública**. São Paulo: CLAD; FUNDAP, 2006, p. 263-320.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**: participação e oposição. Prefácio Fernando Limongi. Tradução Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

DE MATTIA, Clenia; ZAPPELLINI, Marcello B. Ética e coprodução de serviços públicos: uma fundamentação a partir de Habermas. **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro: FGV, v. 12, n. 3, artigo 2, p. 573-589, jul./set. 2014.

DEMOCRATIC AUDIT. **Democratic Audit shorts**. [s.d.]a. Disponível em: <<http://www.democraticaudit.com/our-work/democratic-audit-shorts>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

DEMOCRATIC AUDIT. **The 2017 Audit of UK Democracy**. [s.d.]b. Disponível em: <<http://www.democraticaudit.com/the-2017-audit-of-uk-democracy>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

DIAMOND, Larry Jay. Facing Up to the Democracy Recession. **Journal of Democracy**. The Johns Hopkins University Press: Washington, v. 26, n. 1, p. 141-155, jan. 2015.

DIAMOND, Larry Jay. **The Spirit of Democracy**: The Struggle to Build Free Societies Throughout the World. Nova York, Holt Paperbacks: 2008.

DIAMOND, Larry Jay; MORLINO, Leonardo (Eds). **Assessing the Quality of Democracy**. Johns Hopkins University Press: Washington, 2005.

DIAMOND, Larry Jay; MORLINO, Leonardo. The Quality of Democracy: An Overview. **Journal of Democracy**. The Johns Hopkins University Press: v. 15, n. 4, p. 20-31, out. 2004a.

DINIZ, Eli. Desenvolvimento e Estado desenvolvimentista: tensões e desafios da construção de um novo modelo para o Brasil do século XXI. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 21, n. 47, p. 9-20, set. 2013.

DINIZ, Eli. Reforma do Estado e governança democrática: em direção à democracia sustentada? In: SEMINÁRIO DUAS DÉCADAS DE DEMOCRACIA NO BRASIL E NA ARGENTINA: UMA PERSPECTIVA COMPARADA. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000180&pid=S1679-3951201200030001400017&lng=pt>. Acesso em: 12 jul. 2016.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. Uma nova estratégia de desenvolvimento? In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (Org.). **O que esperar do Brasil?** Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 27-60.

DOIN, Guilherme Augusto et al. Mobilização social e coprodução do controle: o que sinalizam os processos de construção da Lei da Ficha Limpa e da Rede Observatório Social do Brasil de Controle Social. **Revista Pensamento e Realidade**. São Paulo, v. 27, n. 2, p. 56-79, 2012. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/viewFile/12648/9211>>. Acesso em: 13 out. 2016.

ESCUDE, María Laura. Medir la calidad de la democracia: reflexiones sobre la aspiración cultura cívica democrática. In: SEMINÁRIO DE REDMUNI “NUEVO ROL DEL ESTADO, NUEVO ROL DE LOS MUNICIPIOS”, 10. Buenos Aires, 2009. Disponível em: <http://www.auditoriaciudadana.com.ar/sitio/documentos_interes/15.pdf>. Acesso em 22 de maio de 2015.

ESCUDE, María Laura; BELMONTE, Alejandro. Calidad de la democracia: medir y evaluar participativamente. Las auditorías ciudadanas en Argentina. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA, 5. Buenos Aires: Asociación Latinoamericana de Ciência Política, 2010.

EUROPA. **Boa administração na prática**: as decisões da Provedora de Justiça Europeia em 2013. 2014. Disponível em: <<https://www.ombudsman.europa.eu/pt/press/publications/publication.faces/pt/56331/v1/html.bookmark>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

EUROPA. European Commission. **Public Opinion in the European Union**. 2015. Disponível em: <http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb83/eb83_first_en.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2017.

EVANGELISTA, Ana Carolina Pires. **Diagnóstico, monitoramento e controle social na agenda governamental local no Brasil**: o caso das leis municipais que determinam a adoção de programas de metas. 2012. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10064/AnaCarolinaEvangelista_MPGPP_ArtigoFinal.pdf?sequence=2>. Acesso em: 04 out. 2016.

EVANS, Peter. Constructing the 21st Century Developmental State: Potentialities and Pitfalls. In: EDIGHEJI, Omano (Ed.). **Constructing a Democratic Developmental State in South Africa Potentials and Challenges**. Capetown, South Africa: HSRC, 2010, p. 37-58.

EVANS, Peter. Harnessing the State: Rebalancing Strategies for Monitoring and Motivation. In: LANGE, Matthew; RUESCHEMEYER, Dietrich. **States and Development: Historical Antecedents of Stagnation and Advance**. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan, 2005, p. 26-47.

EVANS, Peter. O Estado como problema e solução. Tradução Cid Knipel Moreira. **Revista de Cultura e Política**. São Paulo: Lua Nova, n. 28-29, abr. 1993.

FABRI, Andréa Queiroz. **Responsabilidade do Estado: planos econômicos e iniciativa privada**. Belo Horizonte: Fórum, 2005.

FAGUET, Jean Paul; FOX, Ashley M.; POSCH, Caroline. Decentralizing for a Deeper, More Supple Democracy. **Journal of Democracy**. The Johns Hopkins University Press: Washington, v. 26, n. 4, p. 60-74, out. 2015.

FEARON, James D. Electoral Accountability and the Control of Politicians: Selecting Good Types versus Sanctioning Poor Performance. In: PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C.; MANIN, Bernard (Eds.). **Democracy, Accountability and Representation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 55-97.

FIABANE, Danielle Fabian. **Controle social: um novo frame nos movimentos sociais**. 2010. 180 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

FOREIGN CORRUPT PRACTICES ACT. Thirty companies name Brazil in connection with FCPA-related probes. **The FCPA Blog**, 19 maio 2017. Disponível em: <<http://www.fcpablog.com/blog/2017/5/19/thirty-companies-name-brazil-in-connection-with-fcpa-related.html>>. Acesso em 22 maio 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução Raquel Ramalhete, Petrópolis: Vozes, 1999.

FREEDOM HOUSE. **Freedom in the World 2017**. 2017. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2017/switzerland>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

FREEDOM HOUSE. **Home**. [s.d.]. Disponível em: <<https://freedomhouse.org>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

FREITAS, Juarez de. **Discrecionalidade administrativa e o direito fundamental à boa Administração Pública**. São Paulo: Malheiros, 2009.

FUKUYAMA, Francis. Why is Democracy Performing so Poorly? **Journal of Democracy**. The Johns Hopkins University Press: Washington, v. 26, n. 1, p. 11-20, jan. 2015.

GARZÓN VALDÉS, E. **Derecho, ética y política**. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.

GEORGETOWN UNIVERSITY. Center for Latin American Studies. **Political Database of the Americas**. [s.d]. Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

GIACOMUZZI, José Guilherme. **A moralidade administrativa e a boa-fé na Administração Pública**: o conteúdo dogmático da moralidade administrativa. São Paulo: Malheiros, 2001.

GILLEY, Bruce. The Meaning and Measure of State Legitimacy: Results for 72 Countries. **European Journal of Political Research**, n. 45, n. 3, p. 499-525, maio 2006.

GOETZ, A. M.; JENKINS, R. Hybrid Forms of Accountability: Citizen Engagement in Institutions of Public-Sector Oversight in India. **Public Management Review**, v. 3, n. 3, p. 363-383, dez. 2001.

GONÇALVES, Pedro. **Entidades privadas com poderes públicos**: o exercício de poderes públicos de autoridade por entidades privadas com funções administrativas. Coimbra: Almedina, 2005.

GOVERNANCE INTERNATIONAL. **Big Society**. [s.d.]a. Disponível em: <<http://www.govint.org/our-services/engagement/co-production-tree/big-society-co-production-tree>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

GOVERNANCE INTERNATIONAL. **Timebanking**. [s.d.]b. Disponível em: <<http://www.govint.org/our-services/engagement/co-production-tree/timebanking-co-production-tree>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

GOVERNANCE INTERNATIONAL. **What You Always Wanted To Know About Co-Production**. [s.d.]c. Disponível em: <<http://www.govint.org/?id=327>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

GUEDES, Néviton. Comentário ao artigo 14, §§10 e 11. In: CANOTILHO, J. J. Gomes et al. (Coords.). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva; Almedina, 2013, p. 683-684.

HELD, David. Derecho de los Estados, derechos de los pueblos: tres modelos de soberanía. **PostData**. Buenos Aires, n. 8, p. 11-62, set. 2002.

HELD, David. **Estado y democracia**: una revisión sobre un vínculo necesario. Rosario: Universidad Nacional de Rosario, 2002.

HELD, David. *Models of democracy*. 3. ed. Stanford: Stanford University Press, 2006.

HURD, Ian. Legitimacy. **Encyclopedia Princetoniensis: The Princeton Encyclopedia for Self-Determination**. [s.d.]. Disponível em: <<https://pesd.princeton.edu/?q=node/255>>. Acesso em: 8 ago. 2016.

INSTITUTO IPSOS. Corrupção, PT e a Lava Jato. **IPSOS Public Affairs: Pulso Brasil**, 2016. Disponível em: <http://www.ipsos.com.br/img/upload/Lava_Jato_Ipsos_Pulso_Brasil.pdf>. Acesso em: 10 maio 2017.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE. **Assessments Worldwide**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.idea.int/data-tools/tools/state-democracy-assessments/assessments-worldwide>> Acesso em: 24 nov. 2016.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE. Democracy and Service Delivery. In: INTERNATIONAL IDEA POLICY DIALOGUE. Pretoria, África do Sul, 2015. Disponível em: <<http://www.idea.int/publications/catalogue/democracy-and-service-delivery>>. Acesso em: 09 fev. 2017.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE. **Segunda Encuesta de Cultura Constitucional en Argentina**. 2015. Disponível em: <<http://www.idea.int/es/news-media/news/es/segunda-encuesta-de-cultura-constitucional-en-argentina>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE. **Ten Years of Supporting Democracy Worldwide**. Disponível em: <http://www.idea.int/sites/default/files/about_us/10-years-of-supporting-democracy-worldwide.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2016.

ISUNZA, Ernesto. Construcción de la democracia y rendición de cuentas: una mirada regional de nuevas interfaces socio-estatales en el contexto de la transición política mexicana. In: 2003 MEETING OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION. Dallas, 2003.

JACOBI, Pedro R. Políticas sociais locais e os desafios da participação direta. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. São Paulo, v. 7, n. 3, p. 443-454, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v7n3/13024.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2016.

JELIN, Elizabeth; HERSHBERG, Eric. **Constructing Democracy: Human Rights, Citizenship and Society in Latin America**. Boulder, CO, USA: Westview Press, 1996.

KAUFMANN, Daniel; KRAAY, Aart; ZOIDO-LOBATÓN, Pablo. Governance Matters II: Updated Indicators for 2000/01. **Policy Research Working Paper**, n. 2.772, fev. 2002. Disponível em: <<http://pages.ucsd.edu/~aronatas/project/academic/governance%20matters%202001%20Kaufman%20et%20al.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

KELLES, Márcio Ferreira. **Controle da Administração pública democrática**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

KELSEN, Hans. **Teoria geral do direito e do Estado**. Tradução Luís Carlos Borges. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KEMP, Brechtje; JIMÉNEZ, Mérida. **State of Local Democracy Assessment Framework**. Stockholm: International IDEA, 2013.

KOPPELL, J. G. S. Pathologies of Accountability: ICANN and the Challenge of “Multiple Accountabilities Disorder”. **Public Administration Review**, v. 65, n. 1, p. 94-108, jan./fev. 2005.

KREUTER, Frauke; PRESSER, Stanley; TOURANGEAU, Roger. Social Desirability Bias in CATI, IVR, and Web Surveys: The Effects of Mode and Question Sensitivity. **Public Opinion Quarter**. Oxford University Press, v. 72, n. 5, p. 847-865, dez. 2008.

KUWAHARA, Mônica Yukie; GAULE, Maiara Patti. Desenvolvimento humano e bem-estar nas subprefeituras de São Paulo: uma análise da qualidade de vida a partir da abordagem das capacitações. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36., Salvador, 2008. Disponível em <http://www.mackenzie.br/fileadmin/IPM/MackPesquisa/DESENVOLVIMENTO_HUMANO_E_BEM-ESTAR_NAS_SUBPREFEITURAS_DE_SAO_PAULO_UMA_ANALISE_DA_QUALIDADE_DE_VIDA_A_PARTIR_DA_ABORDAGEM_DAS_CAPACITACOES.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2017.

KUWAHARA, Mônica Yukie; PIZA, Caio de Toledo Piza. Qualidade de vida e desigualdade no Município de São Paulo: propondo critérios para nortear a codução de políticas públicas. In: ENCONTRO DA ANPAD, 32., Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-B2640.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

LARKIN, Chris; REIMPELL, Philippine. Conceptualising Accountability: An Approach to Measurement. **Bridging Theory and Practice Research Dissemination Series: Working Paper**, n. 2. out. 2012. Disponível em <http://downloads.bbc.co.uk/rmhttp/mediaaction/pdf/Conceptualising_accountability.pdf>. Acesso em: 24 out. 2016.

LAVILLE, Jean-Louis. **Politique de l'association**. Paris: Éditions du Seuil. 2010.

LAZZETTA, Osvaldo. **Estado y democracia**: una revisión sobre un vínculo necesario. Rosario: Universidad Nacional de Rosario, 2002.

LAZZETTA, Osvaldo. Reflexiones sobre la auditoria ciudadana como herramienta de control y participación ciudadana. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 10., Santiago, Chile, 2005.

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan. The Myth of Democracy Recession. **Journal of Democracy**. Washington: The Johns Hopkins University Press, v. 26, n. 1, p. 45-58, jan. 2015.

LIJPHART, Arend. **Patterns of Democracy**: Government Forms and Performance in Thirty-Six Countries. New Haven: Yale University, 1999.

LINARES, Deyra Melina Guerrero. Auditoria ciudadana, la verdadera democracia. In: CERTAMEN DE ENSAYO POLÍTICO, 13. 2012. Disponível em: <https://www.ceenl.mx/educacion/certamen_ensayo/XIIICDEP_MH_Auditoriaciudad.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2016.

LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred. Toward Consolidated Democracy. **Journal of Democracy**. Johns Hopkins University Press, v. 7, n. 2, p. 14-33, 1996.

LIPSET, Seymour Martin. **Political Man**. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1981.

LOCKE, John. **The Second Treatise of Government**. Indianapolis: Hackett, 1980 [1690].

LONGO, Francisco; YSA, Tamyko (Eds.). **Los escenarios de la gestión pública del siglo XXI**. Barcelona: Bellaterra, 2008.

LORD, Christopher. A Democratic Audit of the Institutions of the European Integration. **Economic and Social Research Council Research Report**, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.researchcatalogue.esrc.ac.uk/grants/L213272005/outputs/read/ff9d1604-e60e-4434-b400-c1f432562645>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

LORD, Christopher. Assessing Democracy in a Contested Polity. **Journal of Common Market Studies**. Blackwell Publishers, v. 39, n. 4, p. 641-661, 2001.

LORD, Christopher. **Democratic Auditing of the European Union**: Past and Future. ARENA – Centre for European Studies, University of Oslo. Disponível em: <<https://democraticaudituk.files.wordpress.com/2013/06/democratic-audit-eu.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

LORD, Christopher. Legitimacy, Democracy and the EU: When Abstract Questions Become Practical Policy Problems. **Policy Paper**, n. 03/00. Department of Politics. University of Leeds. 2000. Disponível em: <<http://jamal.shahin.org/pdf/tceu/lord2000.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

LORD, Christopher. Some Indicators of the Democratic Performance of the European Union and How They Might Relate to the RECON Models. **RECON Online Working Paper**, n. 2008/11, jul. 2008. Disponível em: <<http://www.reconproject.eu/projectweb/portalproject/RECONWorkingPapers2008.html>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

MAINWARING, Scott; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Cross-Currents in Latin America. **Journal of Democracy**. Washington: The Johns Hopkins University Press, v. 26, n. 1, p. 114-127, 2015.

MAINWARING, Scott; WELNA, Christopher (Eds.). **Democratic Accountability in Latin America**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

MALAFIA, Fernando Cesar Benevenuto. **Controle social e controle externo podem interagir?** Avaliação das políticas do TCE-TO no estímulo à participação cidadã. 2011. 112 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2011.

MALENA, Carmen; FORSTER, Reiner; SINGH, Janmejay. Social Accountability: An Introduction to the Concept and Emerging Practice. **The World Bank Social Development Papers: Participation and Civic Engagement**, n. 76, dez. 2004.

MARISCAL, Sergio Yalot Ayala; PÉREZ, Agustín Sáñez. Participación ciudadana en la evaluación de servicios públicos. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO E DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 21., Santiago, Chile, 2016.

MEDAUAR, Odete. **O direito Administrativo em evolução**. 2. ed. São Paulo: RT, 2003.

MELLO, Fernando; DINIZ, Laura. O jornalismo como ferramenta de controle da corrupção. In: CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da; ARAÚJO, Glaucio Roberto Brittes de; LIVIANU, Roberto; PASCOLATI JUNIOR, Ulisses Augusto (Coords.). **48 visões sobre corrupção**. São Paulo: Quartier Latin, 2016, p. 117-124.

MINT, Myriad. The Democratic Audit of Australia. **Your Democracy**. 19 maio 2005. Disponível em: <<http://www.yourdemocracy.net.au/drupal/node/1035>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

MOLUSTI, Patrick. **Tracking Process in Democracy and Governance Around the World: Lessons and Methods**. [s.d.]. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan005784.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

MONCRIEFFE, Joy. **Relational Accountability: Complexities of Structural Injustice**. London; New York: Zed Books, 2011.

MOREIRA NETO, Diogo Figueiredo. **Mutações do Direito Administrativo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

MOREIRA NETO, Diogo Figueiredo. **Poder, Direito e Estado: o Direito Administrativo em tempo de globalização: in memoriam de Marcos Juruena Villela Souto**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

MOREIRA NETO, Diogo Figueiredo. **Quatro paradigmas do Direito Administrativo pós-moderno**. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

MOTA, Ana Carolina Yoshida Hirano de Andrade. **Accountability no Brasil: os cidadãos e seus meios institucionais de controle dos representantes**. 2006. 243 f. (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NIILUS, Pamela. Auditorias ciudadanas en Argentina: una herramienta participativa para la democracia local. In: FORO REGIONAL: REINVENCIÓN DEL GOBIERNO EN AMERICA LATINA. Brasília, 2007. Disponível em <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/UN/UNPAN026050.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

O'DONNELL, Guillermo. *Accountability horizontal e novas poliarquias*. Tradução Clarice Cohn; Alvaro Augusto Comin. **Revista Lua Nova**, n. 44, p. 27-54, 1998b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451998000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 07 abr. 2013.

O'DONNELL, Guillermo. *Accountability* horizontal, la institucionalidad legal de desconfianza política. **Agora**. Buenos Aires, v. 3, n. 6, p. 5-34, 1998a.

O'DONNELL, Guillermo. Delegative Democracy. **Journal of Democracy**, v. 5, n. 1, p. 55-69, jan. 1994. Disponível em: <http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic925740.files/Week%206/ODonnell_Delegative.pdf>. Acesso em: 10 set. 15.

O'DONNELL, Guillermo. Democracia, desenvolvimento humano e direitos humanos. **Revista Debates**, v. 7, n. 1, p. 15-114, jan./abr. 2013.

O'DONNELL, Guillermo. Hacia un Estado de y para la democracia. In: MIRIANI, Rodolfo (Coord.). **Democracia/Estado/Cidadanía**: Hacia un Estado de y para la democracia en América Latina. Lima: Sede PNUD, 2007. Série “Contribuciones al Debate”, v. 2.

O'DONNELL, Guillermo. Lo que la auditoría es y no es. In: CULLELL, Jorge; GUTIÉRREZ SAXE, Miguel; VILLAREAL FERNÁNDEZ, Evelyn. **Proyecto Estado de la Nación**: Informe de la Auditoría Ciudadana sobre calidad de la democracia en Costa Rica, v. 1.

O'DONNELL, Guillermo; CULLELL, Jorge Vargas; LAZZETTA, Osvaldo M. **The Quality of Democracy**: Theory and Applications. Notre Dame, IN, USA: University of Notre Dame, 2004.

OAKERSON, R. J. Governance Structures for Enhancing Accountability and Responsiveness. In: PERRY, James L. (Ed.). **Handbook of Public Administration**, San Francisco, CA: Jossey-Bass, 1989, p. 114-130.

OAKERSON, R. J. Programa Auditoría Ciudadana: estrategia de implementación, posibilidades de réplica y contribuciones a la gobernabilidad democrática. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 10., Santiago, Chile. 2005.

OLIVEIRA, Cristiane Catarina Fagundes de. **O município brasileiro**: participação política e conselhos municipais. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, Gustavo Justino. A estratégia nacional de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro como experiência cooperativa interinstitucional de governo aberto no Brasil. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 21., Santiago, Chile, 2016.

OLIVEIRA, Gustavo Justino. **Direito Administrativo democrático**. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Ethics Training for Public Officials**. Mar. 2013. Disponível em: <<http://www.oecd.org/corruption/acn/resources/EthicsTrainingforPublicOfficialsBrochureEN.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **About Permanent Observers**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sections/member-states/about-permanent-observers/index.html>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **La democracia en América Latina. Hacia una democracia de ciudadanas y ciudadanos**. Buenos Aires: PNUD, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Informe para el Desarrollo Humano en la Argentina: Argentina después de la crisis, un tiempo de oportunidades**. 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Promover la rendición de cuentas social: de la teoría a la práctica**: nota temática. Ago. 2010. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/dam/undp/library/Democratic%20Governance/OGC/dg-ogc-Fostering%20Social%20Accountability-Guidance%20Note-ES.pdf.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Human Development Report 2000: Human Rights and Human Development**. New York: Oxford University, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **O Atlas**. [s.d.]. Disponível em: <>. Acesso em: 7 jul. 2017.

OYHANARTE, Marta. Auditorías Ciudadanas: se puede medir la calidad de la democracia? In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 10., Santiago, Chile, 2005.

OYHANARTE, Marta; NIILUS, Pamela. Auditorias cidadãs como ferramenta para reinventar a democracia na América Latina. In: FÓRUM REGIONAL: REINVENÇÃO DO GOVERNO NA AMÉRICA LATINA. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan026050.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2013.

PAUL, Samuel. Accountability in Public Services: Exit, Voice and Control. **World Development**, v. 20, n. 7, p. 1.047-1.060, 1992.

PAZZAGLINI FILHO, Marino. **Princípios constitucionais reguladores da administração pública**. 2. ed, São Paulo: Atlas, 2003.

PEREIRA, Maria da Glória; SILVA, Wendel Alex Castro; ARAÚJO, Elisson Alberto Tavares. Análise da produção científica sobre *accountability* na área de administração pública. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 14., São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/anais/artigos142014/369.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

PEREZ, Marcos Augusto. Acordos de leniência no processo administrativo anticorrupção brasileiro. In: CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da; ARAÚJO, Glaucio Roberto Brites de; LIVIANU, Roberto; PASCOLATI JUNIOR, Ulisses Augusto (Coords.). **48 Visões sobre a corrupção**. São Paulo: Quartier Latin, 2016, p. 655-670.

PERUZZOTTI, Enrique; SMULOVITZ, Catalina. **Social Accountability**: An Introduction. In: PERUZZOTTI, Enrique; SMULOVITZ, Catalina. **Enforcing the Rule of Law**: Social Accountability in the New Latin American Democracies. Pittsburgh, PA, USA: University of Pittsburgh, 2006, p. 3-33. Disponível em: <<https://upress.pitt.edu/htmlSourceFiles/pdfs/9780822958963exr.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2016.

PETER, Fabienne. Political Legitimacy. In: ZALTA, Edward N. et al. (Eds.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford, CA, USA: Stanford University, 2016. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2016/entries/legitimacy>>. Acesso em: 29 jul. 16.

PETERLEVITZ, Tiago. **Conceituando e medindo a democracia em Colômbia e Venezuela**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – 2011. 187 f. Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PIETH, Mark. Collective Action and Corruption. **Working Paper Series**. International Center for Collective Action, n. 13, set. 2012.

PLATTNER, Marc F. Is Democracy in Decline? **Journal of Democracy**. Washington: The Johns Hopkins University Press, v. 26, n. 1, p. 5-10, jan. 2015.

POP-ELECHES, Grigore; ROBERTSON, Graeme B. Structural Conditions and Democratization. **Journal of Democracy**. Washington: The Johns Hopkins University Press, v. 26, n. 3, p. 144-156, jun. 2015.

POWELL, G. Bingham. The Quality of Democracy: The Chain of Responsiveness. **Journal of Democracy**. Washington: The Johns Hopkins University Press, v. 15, n. 4, p. 91-105, out. 2004.

PÖYSTI, Tuomas. Future of Public Audit and Accountability. In: EUROPEAN COURT OF AUDITORS' SEMINAR ON "THE FUTURE OF PUBLIC AUDITING AND ACCOUNTABILITY IN THE EUROPEAN UNION". Luxembourg: National Audit Office, 2007. Disponível em: <http://europa.eu/rapid/press-release_ECA-07-19_en.htm>. Acesso em: 7 jul. 2017.

PRUITT, Bettye; THOMAS, Philip. **Democratic Dialog**: A Handbook for Practitioners. Washington: IDEA; PNUD, 2006. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/dam/undp/library/crisis%20prevention/democratic%20dialogue.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2017.

PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C; MANIN, Bernard. Elections and Representation. In: PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C; MANIN, Bernard (Eds.). **Democracy, Accountability and Representation**. Cambridge: Cambridge University, 1999, p. 29-54.

QUIÑONES, Andrés Hernández; HERRERA, Jorge Flórez. **Análisis y estudio de experiencias de accountability social em America Latina**. Bogotá: Universidad de Los Andes, 2011. Disponível em: <http://ahernand.uniandes.edu.co/Documentos/INFORME_FINAL_ACCOUNTABILITY_SOCIAL2011.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2017.

RECONSTITUTING DEMOCRACY IN EUROPE. **Newsletter**, v. 2, n. 1, maio 2008. Disponível em: <<http://www.reconproject.eu/projectweb/portalproject/Newsletters.html>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

RECONSTRUCTING DEMOCRACY IN EUROPE. **Snapshots and Findings**. Disponível em: <<http://www.reconproject.eu/projectweb/portalproject/RECONfindings.html>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

REDE BRASILEIRA POR CIDADES JUSTAS E SUSTENTÁVEIS. **Carta de princípios**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.riocomovamos.org.br/portal/arquivos/carta_de_principios.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2017.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Home**. [s.d.]a. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Observatório Cidadão**. [s.d.]b. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/arquivos/observatorio-cidadao>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Programa de Metas da Prefeitura de São Paulo: Agenda 2012**. [s.d.]c. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/agenda2012>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

REDE NOSSA SÃO PAULO; IBOPE INTELIGÊNCIA. **Indicadores de referência do bem-estar no município**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.nossasaopaulo.org.br/pesquisas/apresentacao-irbem2017.pdf>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

REIS, Eduardo J. F. B. et al. Avaliação da qualidade dos serviços de saúde: notas bibliográficas. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1 jan./mar. 1990.

REZENDE, Renato Horta. Administração dialógica: os modelos de administração pública e o crescente controle social. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI-UFS, 24., Sergipe, 2015.

ROBBINS, Michael. People Still Want Democracy. **Journal of Democracy**. Washington: The Johns Hopkins University, v. 26, n. 4, p. 80-89, 2015.

ROCHA, Arlindo Carvalho. *Accountability* na Administração Pública: modelos teóricos e abordagens. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**. Brasília, v. 14, n. 2, p. 82-97, mar./ago. 2011.

ROCHA, Arlindo Carvalho. **Realização do potencial de accountability dos pareceres prévios do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina**. 2011. 336 f. Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <<http://www.adm.ufba.br/pt-br/publicacao/realizacao-potencial-accountability-pareceres-previos-tribunal-contas-estado-santa>>. Acesso em: 13 out. 2016.

RONCONI, Luciana Francisco de Abreu; DEBETI, Emiliana; DE MATTIA, Clenia. Conselhos gestores de políticas públicas: potenciais espaços para a coprodução dos serviços públicos. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**. Brasília, v. 14, n. 3, p. 46-59, set./dez. 2011. Disponível em: <<https://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/380>>. Acesso em: 01 out. 2016.

SALM, José Francisco; MENEGASSO, Maria Ester. Os modelos de administração pública como estratégias complementares para a coprodução do bem público. **Revista de Ciências da Administração**, v. 11, n. 25, p. 97-120, set./dez. 2009.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. Jornadas de junho e revolução brasileira. **Revista Interesse Nacional**, v. 6, n. 23, out./dez. 2013. Disponível em: <<http://interessenacional.com/index.php/edicoes-revista/jornadas-de-junho-e-revolucao-brasileira>>. Acesso em: 10 set. 2015.

SÃO PAULO é cidade mais influente da América Latina em ranking global. **BBC Brasil**, 19 ago. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140819_cidade_influente_saopaulo_hb>. Acesso em: 08 mar. 2017.

SÃO PAULO. **Acesso à informação**. [s.d.]a. Disponível em: <<http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Page/PortalSMESP/Acesso-a-Informacao>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

SÃO PAULO. **Agenda 2012**: Programa de Metas para a Cidade de São Paulo. 2009.

SÃO PAULO. Controladoria Geral do Município. [s.d.]. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/controladoria_geral>. Acesso em: 7 jul. 2017.

SÃO PAULO. **Dados abertos**: 30 conjuntos de dados encontrados para “educação”. [s.d.]b. Disponível em: <<http://dados.prefeitura.sp.gov.br/dataset?q=educa%C3%A7%C3%A3o&page=2>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

SÃO PAULO. Ouvidoria Geral do Município. [s.d.]d. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/controladoria_geral>. Acesso em: 7 jul. 2017.

SÃO PAULO. Pátio Digital. [s.d.]e. Disponível em: <<http://patiodigital.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

SAWER, Marian. Audit Values: Reflecting the Complexity of Representative Democracy. **Democratic Audit of Australia**. [s.d.]. Disponível em: <<http://apo.org.au/system/files/735/apo-nid735-25496.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2015.

SCHEDLER, Andréas. Conceptualizing Accountability. In: SCHEDLER, Andreas; DIAMOND, Larry; PLATTNER, Marc F. (Eds.) **The Self-Restraining State**: Power and Accountability in New Democracies. Boulder, CO, USA; London: Lynne Rienner, 1999, p. 13-28.

SCHEDLER, Andreas; DIAMOND, Larry; PLATTNER, Marc F. Introduction. In: SCHEDLER, Andreas; DIAMOND, Larry; PLATTNER, Marc F. (Eds.) **The Self-Restraining State**: Power and Accountability in New Democracies. Boulder, CO, USA; London: Lynne Rienner, 1999.

SCHMITTER, Philippe C. The Quality of Democracy: The Ambiguous Virtues of Accountability. **Journal of Democracy**. The Johns Hopkins University Press: Washington, v. 15, n. 4, p. 47-61, out. 2004.

SCHOMMER, Paula Chies et al. A coprodução do controle como bem público essencial à accountability. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, v. 49, n. 6, 2015a.

SCHOMMER, Paula Chies et al. *Accountability* and Coproduction of Information and Control: Social Observatories and Their Relationship with Government Agencies. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 49, n. 6, nov./dez. 2015b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122015000601375>. Acesso em: 09 set. 2016.

SCHOMMER, Paula Chies; BUENO, Rogério Ubiratã Hamel; KUNZLER, Rogério. Coprodução de serviços públicos e gestão de resíduos sólidos: caminhos e obstáculos na experiência de um município catarinense. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA. Vitória, 2010.

SCHOMMER, Paula Chies; MORAES, Rubens Lima. Observatórios sociais como promotores do controle social e accountability: reflexões a partir da experiência do observatório social do Itajaí. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 8, n. 3, p. 398-326, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.academia.edu/19660029/Observat%C3%B3rios_sociais_como_promotores_de_accountability_Reflex%C3%B5es_a_partir_da_experi%C3%Aancia_do_Observat%C3%B3rio_Social_de_Itaja%C3%AD?auto=download>. Acesso em: 10 out. 2016.

SCHOMMER, Paula Chies; NUNES, Jonas Tadeu. MORAES, Rubens Lima. *Accountability*, controle social e coprodução do bem público: a atuação de vinte observatórios sociais brasileiros voltados à cidadania e à educação fiscal. **Revista AGU**. Brasília: EAGU, v. 4, n. 18, p. 229-528, maio 2012.

SCHUGART, Matthew Soberg; MORENO, Erika; CRISP, Brian F. **The Accountability Deficit in Latin America**. Indiana: Kellogg Institute for International Studies; University of Notre Dame, 8-9 maio 2000.

SCHUMPETER, T. **Capitalismo, socialismo y democracia**. Madrid: Aguillar, 1971.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Frederico Barbosa; JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005, p. 373-408.

SIRAQUE, Vanderlei. **Controle social da função administrativa do Estado**: possibilidade e limites na Constituição de 1988. São Paulo: Saraiva, 2005.

SMULOVITZ, Catalina; PERUZZOTTI, Enrique. Social Accountability in Latin America. **Journal of Democracy**. The Johns Hopkins University Press: Washington, v. 11, n. 4, p. 147-158, out. 2000a.

SMULOVITZ, Catalina; PERUZZOTTI, Enrique. Social Accountability: An Introduction. In: SMULOVITZ, Catalina; PERUZZOTTI, Enrique (Eds.). **Enforcing the Rule of Law**: Social Accountability in the New Latin American Democracies. Pittsburg: University of Pittsburg, 2006, p. 3-33. Disponível em: <<https://upress.pitt.edu/htmlSourceFiles/pdfs/9780822958963exr.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2016.

SMULOVITZ, Catalina; PERUZZOTTI, Enrique. Societal and Horizontal Controls: Two Cases About a Fruitfull Relationship. Indiana: Kellog Institute for Internationa Studies; University of Notre Dame, 8-9 maio 2000b.

SNOW, David. A.; SOULE, Sarah A. Conceptualizing Social Movements. In: SNOW, David. A.; SOULE, Sarah A. **A Primer on Social Movements**. New York: W.W. Norton, 2009, p. 1-22.

SPECIE, Priscila. **Direito e participação social**. 2015. 164 p. Tese (Doutorado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

STOKES, S. **Mandates and Democracy**: Neoliberalism by Surprise in Latin America. Cambridge: Cambridge University, 2001.

TÁCITO, Caio. Direito Administrativo participativo. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, v. 209, p. 1-6, jul./set. 1997.

TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. A atuação das organizações não-governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 105-142.

TORRES, Felício Ribas; TORRES, Clicio Ribas. A auditoria operacional e o aperfeiçoamento da gestão pública: o caso do Programa Bolsa Família. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 35., Rio de Janeiro, 2011.

TRAVERSO, Diego Barría; ORREGO, Ariel Ramírez. Evaluación participativa: explorando su utilidad en un contexto de apertura gubernamental. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 21., Santiago, Chile. 2016.

TYLER, Tom R. A psychological perspective on the legitimacy of institutions and authorities. In: JOST, John T.; MAJOR, Brenda (Eds). **The Psychology of Legitimacy: Emerging Perspectives on Ideology, Justice and Intergroup Relations**. Cambridge: Cambridge University, 2001, p. 416-436.

UNIVERSITY OF OSLO. Faculty of Social Sciences. ARENA – Centre for European Studies. **A Democratic Audit of the European Union**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.sv.uio.no/arena/english/people/aca/chrilor/blog-test>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

VARGAS CULLELL, Jorge. Auditorias ciudadanas sobre la calidad de la democracia: una herramienta para la identificación de desafíos democráticos. In: O'DONNELL, Guillermo; IAZZETTA, Osvaldo; VARGAS CULLELL, Jorge. **Democracia, Desarrollo humano y ciudadanía**: reflexiones sobre la calidad de la democracia en América Latina. Rosario: PNUD; Homo Sapiens, 2003, p. 149-222.

VARGAS CULLELL, Jorge; GUTIÉRREZ SAXE, Miguel; VILLARREAL FERNÁNDES, Evelyn. **Auditoria ciudadana sobre la calidad de la democracia**. San Jose. Proyecto Estado de la Nación en Desarrollo Humano Sostenible, 2001.

VOTE WATCH EUROPE. **About Us**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.votewatch.eu/blog/about-us-votewatch>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

WEIR, Stuart. **Presentation**. Democratic Audit. Human Rights Centre. University of Essex. [s.d.]. Disponível em: <<http://ec2-174-129-218-71.compute-1.amazonaws.com/sod/upload/Stuart-Weir-2008.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

WILKS-HEEG, Stuart. The Democratic Audit of the UK: Origins, Approach, Findings and Impact. In: WORKSHOP 'DEMOCRATIC AUDITS IN COMPARATIVE PERSPECTIVES: APPROACHES, RESULTS, IMPACT'. University of Leiden, 2013. Disponível em: <<https://democraticaudituk.files.wordpress.com/2013/06/uk-democratic-audit.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

WILKS-HEEG, Stuart; BLICK, Andrew; CRONE, Stephen. **How Democratic is the UK? The 2012 Audit**. 2012. Disponível em: <<http://www.democraticaudit.com/wp-content/uploads/2013/07/auditing-the-uk-democracy-the-framework.pdf>>. Acesso em: 6 fev. 2015.

WORLD BANK. **World Development Report 2004: Making Services Work for Poor People**. 2003. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/5986>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

WORLD BANK. **World Development Report 2017: Governance and the Law**. 2017. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/publication/wdr2017>>. Acesso em: 22 maio 2017.

YORDER, Pablo. **La implementación de lo Programa Auditoría Ciudadana**: algunas reflexiones y propuestas aplicables a otras políticas públicas. Buenos Aires, 8 maio 2005. Disponível em: <<http://www.ag.org.ar/3congreso/Ponencias/Yoder.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2015.

ZIMLER, Benjamin. **Direito Administrativo e controle**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. **Da intervenção do Estado no domínio social**. São Paulo: Malheiros, 2010.

ZOVATTO, Daniel; TOMMASOLI, Massimo. Introduction. In: MORLINO, Leonardo (Coord.). **The Quality of Democracy in Latin America**. International IDEA, 2014. Disponível em: <<http://www.idea.int/sites/default/files/publications/the-quality-of-democracies-in-latin-america.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

APÊNDICE: utilização da metodologia IDEA pelo mundo

Descrição	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
África do Sul					Local															
Argentina						Local	Local	Local	Local	Local	Local	Local								
Austrália					Nacional															
Bangladesh					Nacional															
Bolívia																Serviços				
Bósnia Herzegovina									Nacional											
Chile																	Nacional			
Coreia do Sul			Nacional																	
Costa Rica	Nacional	Nacional	Nacional	Nacional	Nacional															
Egito												Local	Nacional							
El Salvador					Nacional															
Escócia																		Nacional		
Filipinas													Local							
Haiti					Nacional								Local							
Iêmen												Local								
Índia										Nacional										
Indonésia															Local					
Irlanda															Nacional					
Itália					Nacional															
Jordânia												Local								
Letônia								Nacional	Nacional	Nacional	Nacional	Nacional	Nacional	Nacional	Nacional	Nacional	Nacional			
Malawi					Nacional															
Marrocos												Local	Local	Local	Local					
México										Nacional										
Mongólia								Nacional												
Nepal								Nacional												
Nova Zelândia					Nacional															
Países Baixos								Nacional												
Paquistão											Nacional									
Peru					Nacional															
Portugal			Nacional																	
Quênia			Nacional																	
Reino Unido					Nacional										Nacional					Nacional
Tanzânia																Local				
Zâmbia									Serviços											

Fonte: Elaboração da autora.